



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1003211-90.2014.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Requerente: **MARCIA ROBERTA CABRAL**  
 Requerida: **CLARO SA**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Marcia Roberta Cabral** move ação em face de **Claro S/A**, alegando que em 21/05/2013 requereu à ré portabilidade das linhas telefônicas ns. (16) 9202-1323 e 9297-1323 para a operadora Vivo, com mudança dos n°s para (16) 9614-0696 e 96140798, bem como sua titularidade para Yvone Barbosa Cabral, sua mãe. Em junho/13 a atual titular da linha recebeu cobrança no importe de R\$ 46,71, referente ao excedente do mês anterior, o que foi pago. Acontece que a autora, antiga titular das linhas, está recebendo cobrança relativa aos serviços já cancelados pela portabilidade. Por conta dessas cobranças a autora, mesmo comunicando a empresa ré da portabilidade, teve seu nome negativado. Sofreu danos morais. Pede liminarmente a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional para que a requerida se abstenha de negativar seu nome em bancos de dados; e a procedência da ação para o fim de declarar inexistentes os débitos, bem como condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente a R\$ 9.990,00 e a repetição do indébito da ordem de R\$ 666,00, bem como seja condenada a pagar os ônus da sucumbência. Documentos às fls. 12/38.

A antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional foi concedida a fl. 39. Ofício da Serasa às fls. 52/54.

A ré foi citada e contestou às fls. 55/67 dizendo que não houve qualquer irregularidade na prestação dos serviços, tanto que vem recebendo certificado de qualidade na prestação dos serviços e no sistema de faturamento. A portabilidade não enseja a baixa de débitos pendentes, não cancelando encargos contratuais. A autora rescindiu o contrato dentro do período de permanência mínima, estando ela ciente de que lhe seria cobrada a multa. A



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

requerida não cometeu nenhum ato ilícito, daí ser incabível o pleito indenizatório. Ao contratar os serviços da ré a autora firmou um compromisso de fidelização. Com a rescisão do contrato por parte da autora ocorreu a incidência da multa contratual. A repetição do indébito somente é possível quando cobrado por quantia indevida, o que inocorreu na espécie. Não há que se falar em danos morais, pois a dignidade da autora não foi atingida pela atividade da ré. Improcede a demanda.

Réplica às fls. 82/84. A audiência de fl. 105 ficou prejudicada ante a ausência da autora. Os ofícios expedidos e reiterados ao SCPC não foram atendidos, conforme certidão de fl. 107.

É o relatório. Fundamento e decido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 330, do CPC. A prova essencial é a documental e consta dos autos. Dilação probatória apenas protrairia o momento da prestação jurisdicional, sem acrescentar algo de útil ao acervo probatório.

Incontrovertos os seguintes fatos: a autora pediu e obteve da ré a portabilidade das linhas telefônicas ns. 16-9202-1323 e 9297-1323 que migraram para a operadora Vivo, com mudança dos ns. daquelas linhas telefônicas e também da titularidade, tanto que a mãe da autora a assumiu.

A ré disse que a autora ficou a lhe dever a multa por quebra de fidelidade contratual. Para que incidisse essa multa haveria necessidade da ré demonstrar o inadimplemento contratual da autora, assegurando-lhe o regular contraditório. Nem sequer existiu o devido processo legal para esse fim. Inexigível a multa. A ré nem cuidou de apresentar cálculos atinentes à aplicação dessa multa.

A autora reconheceu que o resíduo de seu débito decorrente da utilização das linhas telefônicas se limitou à fatura de fl. 16, por ela paga sem questionamento.

As cobranças de fls. 17/24 feitas pela ré à autora primaram pela falta de transparência. Não são faturas e não discriminam o dia-a-dia da utilização dos serviços telefônicos, com menção à hora de cada chamada e o número de cada telefone destinatário das chamadas. Essas cobranças são dos períodos mensais subsequentes aos da efetivação da portabilidade e migração das linhas telefônicas para a Vivo. Ausente causa subjacente para a exigibilidade desses valores. A autora não pagou os R\$ 333,00 atinentes a essas cobranças abusivas, por isso não há que se falar em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

repetição do indébito e menos ainda na devolução em dobro. Apenas se declara a inexigibilidade da dívida que está sendo cobrada.

A autora apenas trouxe o comunicado do SCPC de que o seu nome seria negativado no cadastro restritivo de crédito, mas não trouxe prova de que o seu nome foi negativado. A Serasa informou às fls. 52/54 que a autora tem pendências com terceiros credores em aberto, ou seja, que ainda não foram pagas, motivo da permanência do seu nome negativado naquele cadastro. É o caso da CEF, no valor de R\$ 120,57, desde 14.01.2014. O histórico de débito da autora não honrado e que ensejou a negativação do seu nome na Serasa “é extenso e preocupante”, conforme se vê de fls. 52/54, compreendendo desde vários cheques sem fundos até múltiplos protestos. Posteriormente, pagou essas dívidas e obteve a exclusão dessas negativações. Mesmo assim seu nome continua negativado por outras dívidas. Aplica-se à espécie a Súmula 385, do STJ, mas tão importante quanto isto é o fato de não haver prova de que a ré negativou o nome da autora. Não há que se falar em danos morais.

**JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar que a autora nada deve à ré pelas dívidas de fls. 17/24, não podendo assim o seu nome ser negativado em decorrência dessas dívidas. Improcede o pedido de indenização por danos morais. Houve sucumbência recíproca. Cada parte arcará com o custo de seu advogado. Custas *pro rata*. Isento a autora do pagamento das custas.

P.R.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**